



## IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM TEA

Égila Maria Nascimento Santos<sup>1</sup>  
Izrael Teles Martins<sup>2</sup>

### RESUMO

Observando o atual cenário da educação, percebe-se que as políticas de inclusão são tendências na atualidade e o Profissional de Apoio Escolar (PAE) é um dos sujeitos que têm um importante papel para a inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diante disso, esse artigo tem como objetivo analisar a importância da formação continuada dos Profissionais de Apoio Escolar para auxiliar crianças com TEA. Abordando uma discussão a respeito da necessidade de uma capacitação para os profissionais que lidam com esse público, visto que, o TEA é muito amplo e complexo, dessa forma, esse estudo traz essa discussão para o âmbito científico. Foi realizado através de um levantamento bibliográfico, fundamentada principalmente nas obras e documentos seguintes: Brasil (2010); Brasil (2015); DSM-5 (2014); Mantoan (2003); Novaes e Freitas (2024); Nóvoa (1992). Atualmente a inclusão passou a ser uma realidade no contexto escolar, mas ainda está longe de seus ideais, devido à falta de estrutura nas instituições de ensino e muitos profissionais da educação não possuem formação adequada para lidar com o TEA. Portanto, as análises realizadas contribuíram para a compreensão a respeito da necessidade de formação continuada, tanto para professores como para os profissionais de apoio escolar, visto que o TEA apresenta muitas complexidades.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista, Profissional de Apoio Escolar, Inclusão escolar.

### SUMMARY

Observing the current education scenario, it is clear that inclusion policies are current trends and the School Support Professional (PAE) is one of the subjects who have an important role in the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). Therefore, this article aims to analyze the importance of continued training for School Support Professionals to help children with ASD. Addressing a discussion regarding the need for training for professionals who deal with this public, given that ASD is very broad and complex, this study brings this discussion to the scientific scope. It was carried out through a bibliographic survey, based mainly on the following works and documents: Brasil (2010); Brazil (2015); DSM-5 (2014); Mantoan (2003); Novaes and Freitas (2024); Nóvoa (1992). Currently, inclusion has become a reality in the school context, but it is still far from its ideals, due to the lack of structure in educational institutions and many education professionals do not have adequate training to deal with ASD. Therefore, the analyzes carried out contributed to the understanding of the need for continued training, both for teachers and school support professionals, as ASD presents many complexities.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder, School Support Professional, School inclusion.

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Psicopedagogia no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI; Graduada em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará – UECE, [egilamaria03@gmail.com](mailto:egilamaria03@gmail.com);

<sup>2</sup> Pós-graduando em Psicopedagogia no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI; Graduado em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará – UECE, [telesizrael@gmail.com](mailto:telesizrael@gmail.com).

## 1. Introdução

A inclusão escolar é uma pauta pertinente no contexto educacional. Várias estratégias são desenvolvidas para o pleno desenvolvimento dos estudantes, independente de suas particularidades, o sistema de ensino deve promover condições para que todos possam ter acesso a educação com qualidade e equidade.

Em diferentes regiões do Brasil o profissional responsável por facilitar a inclusão na escola é conhecido por diferentes nomenclaturas, seja cuidador escolar, mediador da inclusão, mediador de apoio à aprendizagem. Nesse artigo utilizaremos o termo: Profissional de Apoio Escolar.

O Profissional de Apoio Escolar (PAE) é uma das políticas que promove a inclusão, ele presta assistência e suporte aos estudantes que apresentam dificuldades em relação à autonomia e independência no ambiente escolar. Portanto, esses profissionais desempenham um papel fundamental, sua atuação se dá por meio de cuidados pessoais como a higiene e alimentação e como mediadores entre os alunos e professores.

O profissional de apoio escolar é a pessoa que, em parceria com a/o professora/or, presta serviço de apoio às/aos estudantes com transtorno do espectro autista e/ou que apresentam limitações motoras (de caráter permanente ou temporário) que acarretam dificuldades no autocuidado e nas atividades escolares. (NUNES, 2022, p. 13)

Dentre as crianças que apresentam a necessidade de apoio, estão o público do Transtorno do Espectro Autista (TEA), que mesmo alguns apresentando determinada autonomia, dependendo do nível de suporte, necessitam de auxílio na alimentação, higiene, realização de atividades e, em alguns casos, locomoção. No TEA não existe padrão pré-determinado, cada sujeito apresenta suas especificidades, o suporte tende a ser diferenciado em cada caso.

Portanto, a complexidade do TEA e o grande número de crianças que apresentam esse transtorno, põe em discussão a necessidade de uma formação continuada aos PAE, já que em suas práticas, necessitam lidar com diferentes situações. Diante dessa problemática, essa pesquisa tem como objetivo analisar a importância da formação continuada dos Profissionais de Apoio Escolar para auxiliar crianças com TEA.

Essa discussão é fundamental no contexto educacional, pois leva a compreender as necessidades específicas do TEA. Pode contribuir para sensibilizar o sistema de ensino a respeito da capacitação do PAE, que conseqüentemente podem vim a implementar estratégias e intervenções eficazes, agindo de forma correta na lida com as crianças, facilitando o



aprendizado e a socialização. A seguir têm os procedimentos metodológicos que foram percorridos nesta pesquisa.

## **2. Metodologia**

Esse componente da pesquisa tem como função principal organizar os procedimentos a serem seguidos nesta pesquisa. Ao caminho metodológico do projeto embasa-se, principalmente, em pesquisas bibliográficas e documentais, que “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. [...]” (GIL, 2002, p. 44). Situando-se na abordagem qualitativa, pois “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...]” (MINAYO, 2009, p. 21).

Este estudo fundamentou-se com os seguintes autores e documentos: Brasil (2010); Brasil (2015); DSM-5 (2014); Mantoan (2003); Novaes e Freitas (2024); Nóvoa (1992). Ao analisarmos os dados e discutirmos as propostas pelos os autores citados acima, podemos construir saberes acerca das propostas citadas durante o desenvolvimento da pesquisa. A seguir será delineado tópicos, a fim de trazer discussões e perspectivas referente ao objetivo proposto neste artigo.

### **Inclusão de alunos e os desafios do sistema educacional**

O sistema de ensino enfrenta um problema histórico de evasão escolar. Quando se trata de alunos com transtornos de aprendizagem ou neurológicos ou com algum tipo de deficiência física ou intelectual, a permanência na escola torna-se ainda mais desafiadora. Atualmente, com as políticas de inclusão, esses estudantes têm sido incluídos nas instituições de ensino; no entanto, é necessário um investimento significativo na capacitação dos profissionais para que possam lidar adequadamente com as especificidades de cada sujeito. A autora Mantoan (2003, p. 18) vem nos diz que:

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais. (MANTOAN, 2003, p. 18)

É muito cômodo para o educador não assumir a sua responsabilidade de educar e transferir esse papel para programas de reforço ou para a sala de atendimento especializado. Mas e a inclusão na sala de aula? E a interação necessária com os colegas? Onde fica o desenvolvimento das habilidades sociais e afetivas? O processo de inclusão exige que o professor faça uma autoavaliação de sua prática pedagógica e busque, por meio da formação continuada, estratégias de ensino inclusivas. Mantoan (2003) ainda afirma que:

[...]a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (MANTOAN, 2003, p. 20)

O fato é que, na realidade brasileira, os sistemas de ensino não estão preparados para promover a inclusão. Tanto falta estrutura quanto capacitação para toda a comunidade escolar, visto que incluir demanda a colaboração de todos os funcionários, desde o porteiro até a gestão da escola. A autora provoca uma reflexão significativa sobre o impacto da inclusão no ambiente escolar. Pensar na inclusão como resultado de uma educação plural e democrática destaca a necessidade de instituições de ensino acolhedoras que valorizem a diversidade em sua totalidade. No contexto da educação nacional, a inclusão tem se tornado um tema em pauta nas discussões educacionais, visto que, é uma temática da atualidade. O Art. 1º da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, aborda o seguinte:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

De acordo com a Lei da Inclusão, se tornou obrigatório a inclusão da pessoa com deficiência onde deve-se exercer a função de igualdade e assim incluir todos os indivíduos no meio social, pois todas as pessoas têm esse direito. Com as crianças não é diferente, na sala de aula deve-se existir a inclusão de todas as crianças independente da deficiência que possa existir. A autora Mantoan (2003) afirma que:

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são, do meu ponto de vista, grandes barreiras a serem enfrentadas pelos que defendem a inclusão escolar, fazendo retroceder, por sua vez, as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos em geral. Estamos diante de avanços, mas de muitos impasses da legislação. (MANTOAN, 2003, p. 22)



A falta de comprometimento de alguns profissionais dificulta a inclusão, muitas vezes distorcendo sua essência libertadora. Se não se atentar ao verdadeiro sentido de incluir, a instituição de ensino pode acabar promovendo a exclusão ou segregação. A interpretação errônea do conceito pode reduzir o processo de inclusão à mera presença de alunos com deficiência ou transtornos no ambiente escolar.

### **Papel do Profissional de Apoio Escolar na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista**

Dentre as muitas questões referentes a essa profissão, é importante refletir sobre seu surgimento. A princípio, Silva (2018) relaciona a origem dos cuidadores a necessidade de um assistencialismo criado pela demanda do capitalismo, visando atender crianças de mães trabalhadoras de classes desfavorecidas

Os cuidadores surgiram a partir das necessidades encontradas nas instituições que atendiam de forma assistencialistas as crianças das mães trabalhadoras de classes desfavorecidas, pois com a inserção das mulheres no setor fabril podemos notar a necessidade de espaços destinados a cuidar dessas crianças. Com as políticas públicas educacionais o cuidador escolar passou a ocupar um lugar relevante no contexto da educação, e no acompanhamento da pessoa com deficiência. (SILVA, 2018, p. 31 - 32)

Com o avanço do capitalismo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho tornou-se uma necessidade. Surge, então, a demanda por assistência nos cuidados com os filhos. Com o progresso da educação, a sociedade foi se adaptando às novas demandas econômicas e sociais, e o cuidador (PAE) passou a ser designado especialmente para o acompanhamento de crianças que necessitam de cuidados especiais.

Atualmente a inclusão não é mais apenas uma ideia, mas sim uma necessidade no atual contexto educacional. O PAE presta um papel fundamental nas políticas de inclusão, nesse sentido alguns documentos ampara e garante o trabalho desses profissionais nas instituições de ensino. A Nota Técnica nº 19/2010 – MEC/SEESP/GAB aborda que:

Dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. (BRASIL, 2010)

A nota supracitada traz a importância do papel do PAE no contexto da educação especial, os mesmos são orientados a oferecer um suporte adequado ao estudante com



necessidades específicas e garantir que todos os estudantes tenham acesso pleno à educação, dessa forma, contribuindo para a construção de uma educação integral. A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, no Art.3º reforça essas atribuições:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2015)

O inciso mencionado aborda de maneira clara as atribuições do PAE, destacando sua importância no contexto da inclusão educacional e garantindo sua atuação tanto nas instituições públicas quanto nas privadas. Em relação aos aspectos legais dessa profissão o Projeto de Lei n.º 8.014-C, de 2010 acrescenta parágrafo ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, destacando a validação da função do PAE, portanto, foi decretado que:

Quando necessário para promover o atendimento educacional na escola regular, e em função das necessidades específicas do aluno, será assegurado ao educando portador de necessidades especiais a presença de cuidador no estabelecimento de ensino, para atendimento das suas necessidades pessoais. (BRASIL, 2010)

Vale ressaltar que o termo “portador” não é mais aceito, já que sugere que a pessoa possui determinada deficiência. Sendo assim, o apoio aos alunos que necessitam de suporte torna-se um direito garantido por Lei, cabendo aos sistemas de ensino e às famílias a responsabilidade de cobrar sua efetivação. Portanto, o PAE desempenha um papel fundamental na facilitação da inclusão, tanto em relação à autonomia dos alunos quanto no desenvolvimento do aprendizado. Dentre os sujeitos que necessitam de auxílio estão as crianças com TEA.

O TEA pode ser caracterizado como uma alteração no desenvolvimento neurológico. As crianças com esse transtorno geralmente apresentam dificuldades de socialização, pois afeta a maneira como interagem e se relacionam com o mundo ao seu redor. Por essa razão, em alguns casos, torna-se necessário contar com a presença de um profissional no ambiente escolar para mediar a convivência, promover a inclusão e o desenvolvimento no contexto educativo. De acordo com o DSM-V (2014, p. 31):

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos.

O TEA prejudica aspectos importantes da interação humana e, em alguns casos, compromete a comunicação que depende de sinais sutis, como expressões faciais e gestos. No

entanto, essas dificuldades variam de acordo com o grau de suporte do indivíduo, o que significa que cada caso é único e o autismo pode se expressar de maneira diferente. Novaes e Freitas (2024) mostram que apesar dos avanços em relação a inclusão das crianças com autismo, ainda existe grandes desafios a serem superados:

De um lado, familiares pautados em descrições diagnósticas parecem não saber como estabelecer relações que considerem a criança em sua singularidade, não o diagnóstico. De outro, educadores centrados nas práticas pedagógicas minimalistas baseadas no diagnóstico de autismo, que focalizam o treino e a repetição como caminho no processo de ensino e aprendizagem. (NOVAES; FREITAS, 2024, p. 22)

A falta de informação ainda representa um imbróglgio quando se trata do autismo. Ao receber o diagnóstico, muitas famílias acabam esquecendo a singularidade das crianças, deixando de vê-las como sujeitos com direito de participar ativamente na sociedade. Por outro lado, em instituições de ensino, alguns profissionais estão despreparados para acolher e educar essas crianças. Portanto, é essencial a família enxergar a criança em sua totalidade, em vez de reduzi-la a um diagnóstico, e aos profissionais de ensino cabe buscar formação continuada para desenvolver métodos de trabalhos inclusivos.

Não apenas os professores de sala necessitam dessa capacitação, os PAE também carecem de formação, quiçá especializada, para lidar da melhor forma possível com as crianças com TEA. A falta de conhecimento diante de uma crise ou na dificuldade de comunicação pode gerar um efeito inverso: em vez de facilitar a inclusão, pode dificultar esse processo.

### **Formação continuada dos Profissionais de Apoio Escolar**

A formação continuada para o PAE que auxilia os alunos com TEA é cada vez mais necessária, visto que cada criança tem sua particularidade e necessita de um olhar capacitado para entender as singularidades que cada sujeito apresenta. A respeito desse assunto Nóvoa (1991, p. 30) aborda o seguinte:

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos.

O autor destaca que a formação continuada deve estar articulada com a prática dos profissionais, para que possa melhorar a qualidade da educação e assim, possibilitar a inclusão. As instituições de ensino devem ser locais de referência de uma educação inclusiva, se

adaptando para atender as necessidades específicas de cada aluno. Nóvoa (1991, p. 06) destaca que:

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1991. p. 06)

Com ênfase na perspectiva do autor podemos destacar que a formação continuada, pode ser compreendida como perspectiva de mudança na prática docente, a partir de ações inovadoras, que traz um olhar amplo para o atual cenário em que se é vivido, contribuindo para que possa existir uma educação mais justa e igualitária. A educação não pode e não deve caminhar sozinha, por isso busca novas formações e novos conhecimentos irão contribuir para a construção de uma educação com mais equidade.

Quando se trata de formação continuada, pode-se destacar a sua relevância, pois quando se tem uma turma com 20, 30 ou mais alunos se faz necessário a buscar novas estratégias pedagógicas. Na diversidade de sujeitos na sala de aula, irão existir personalidades e vivências diferentes, é nesse contexto que a formação continuada irá contribuir para que se possa ter equidade no determinado espaço.

Os processos formativos e continuados ganham legitimidade a partir da resolução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) no artigo 63, inciso III, regulamenta a necessidade do programa de formação continuada para profissionais da educação em seus diversos níveis. E no parecer CNE/CP n. 02/2015, menciona que:

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (BRASIL, 2015, p. 13).

A formação continuada para os PAE é de extrema relevância, a cada dia que passa tudo vai evoluindo inclusive a educação, as crianças com TEA por sua vez podem ser classificadas em três níveis distintos: nível 1, leve, necessita de suporte pontual; nível 2, moderado, necessita de suporte frequente; e o nível 3, severo, necessita de suporte extensivo. Nesse sentido, se o PAE não tiver uma formação adequada, poderá ter dificuldade em contribuir para a adaptação e inclusão das crianças no meio escolar.



### 3. Considerações finais

Portanto, no decorrer do artigo pode-se perceber que o atual contexto educacional necessita de profissionais capacitados para promover a inclusão. Incluir em sua totalidade, não apenas colocar as crianças com TEA dentro da sala de aula sem adequar o ambiente às suas necessidades e especificidade, pois caso assim seja, pode ter um efeito reverso e ao invés de incluir, excluir a criança.

O PAE é o profissional responsável por auxiliar as crianças no desenvolvimento da autonomia, higiene, alimentação e interação na instituição de ensino. Por isso, esse profissional necessita de conhecimentos específicos a respeito do TEA, pois as particularidades existentes e a complexidade do transtorno requerem uma constante atualização.

Nisso, a formação continuada torna-se essencial para preparar o PAE para as possíveis situações que possam ocorrer, como casos de crise, adaptação de atividades e até mesmo métodos de ensino, pois o profissional também é responsável por auxiliar na realização das atividades de sala de aula, mesmo não tendo responsabilidades na elaboração.

### REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5 ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **SEESP/ GAB nº 19/2010** . Nota Técnica nº 19, de 08 de setembro de 2010, destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Disponível em: <https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-t%C3%A9cnica-n%C2%BA.-19-Profissionais-de-apoio.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. PROJETO DE LEI N.º 8.014 - C, DE 2010. Acrescenta parágrafo ao art. 58 da **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola. Brasília: MEC 2010. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1236844&filename=Avulso%20PL%208014/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1236844&filename=Avulso%20PL%208014/2010). Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 27 out 2024.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm). Acesso em: 15 out 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA). Acesso em: 16 set 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 128 p.

NOVAES, Daniel; FREITAS, Ana Paula. A constituição da criança com autismo: Diagnóstico e suas implicações. **Rev. Psicopedagogia**, 2024; 41(124): p. 21-32. Disponível em: <https://revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/804/a-constituicao-da-crianca-com-autismo--diagnostico-e-suas-implicacoes>. Acesso em: 27 out. 2024

NÓVOA, Antônio (Org). **Vida de professores.** Lisboa: Dom Quixote, 1992. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD\\_A\\_Novoa.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf). Acesso em: 18 ago. 2024.

NUNES, Francisca Sueli Farias. **Construindo conhecimentos para práticas educacionais inclusivas:** orientações às/aos profissionais de apoio escolar [recurso eletrônico]. Fortaleza: Seduc, 2022. 40 p. *Ebook*. Disponível em: [http://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2023/07/CONSTRUINDO-CONHECIMENTOS-PARA-PRATICAS-EDUCACIONAIS-INCLUSIVAS-2803\\_2023-1.pdf](http://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2023/07/CONSTRUINDO-CONHECIMENTOS-PARA-PRATICAS-EDUCACIONAIS-INCLUSIVAS-2803_2023-1.pdf). Acesso em: 23 set. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SILVA, Sayonara Meireles da. **Educação inclusiva: a importância do cuidador escolar no acompanhamento do educando com deficiência.** 2018. Monografia (Pedagogia) - Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018. 46 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14174>. Acesso em: 27 out. 2024